

# PÓS-MODIFICADORES DE SUBSTANTIVOS: A DISTINÇÃO ENTRE COMPLEMENTO NOMINAL E ADJUNTO ADNOMINAL PREPOSICIONADO

Anya Karina CAMPOS<sup>1</sup>  
Adriana Maria TENUTA<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo discute a relevância da separação dos pós-modificadores de substantivos, tradicionalmente feita pelas gramáticas normativas, em dois grupos distintos: adjuntos adnominais e complementos nominais. Ele traz os resultados de uma pesquisa que utilizou dados de um *corpus* da língua em uso e mostrou que as características listadas pelas gramáticas para diferenciar esses dois tipos de unidades não são identificadas da mesma forma nos dados. Os resultados da pesquisa aqui apresentados indicam que o caminho mais apropriado para a referência a esses elementos oracionais é tratá-los, unificadamente, por pós-modificadores de núcleo substantivo, uma vez que os traços supostamente distintivos dos dois termos da oração não são levados em conta, ou não são acionados, pelos usuários da língua, ao fazerem o processamento dos sintagmas preposicionais que constituem esses pós-modificadores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Complemento nominal. Adjunto adnominal. Pós-modificador. *Corpora*. Língua em uso.

---

1 Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. [campos.anya@gmail.com](mailto:campos.anya@gmail.com)

2 Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. [atenuta@gmail.com](mailto:atenuta@gmail.com)

## **Introdução**

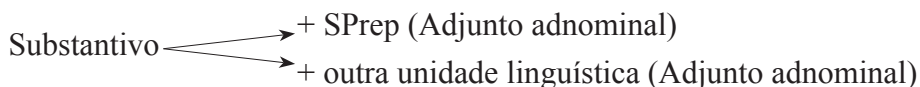
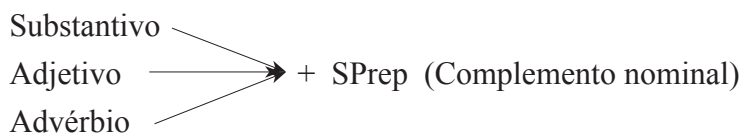
As várias gramáticas disponíveis para alunos e professores no contexto educacional brasileiro nem sempre apresentam consistência conceitual. Dessa forma, não causa surpresa a frequência com que se ouve, em um país em que o português<sup>3</sup> é o idioma nativo, que essa é uma língua difícil de se ensinar e de se aprender. Um tema sobre o qual se percebe a incompatibilidade entre os conceitos gramaticais e a língua em uso é o da distinção entre adjunto adnominal (AA) e complemento nominal (CN) de substantivo. Considerando-se tal incompatibilidade, delineou-se o objetivo principal da pesquisa relatada neste artigo, qual seja verificar em que medida as características propostas pelas gramáticas normativas como definidoras de CN e AA são realmente comprovadas na análise na língua culta em uso no Brasil.

## **Complemento nominal e adjunto adnominal nas gramáticas normativas**

Complemento nominal e adjunto adnominal são elementos oracionais cujos conceitos são bastante semelhantes, já que ambos servem para completar/alterar o sentido de outra palavra. O complemento nominal completa/altera, sempre por meio de um sintagma preposicionado (SPrep), o sentido de um substantivo, um adjetivo ou um advérbio. O adjunto adnominal completa/altera, por meio de um SPrep, ou de outra unidade linguística, o sentido de um substantivo, o que é representado pelo esquema abaixo:

---

3 O português considerado como língua nativa para este trabalho é o português brasileiro.



Quando o CN de substantivo e o AA são sintagmas preposicionados, são formalmente semelhantes e, portanto, de difícil distinção. As gramáticas, no entanto, procuram estabelecer critérios, em termos de atributos, para a diferenciação desses dois elementos da oração, o que é discutido a seguir.

## Complemento Nominal

Cunha e Cintra (2007, p. 139-140) dividem os termos da oração em essenciais, integrantes e acessórios, e classificam o CN como termo integrante, conceito não detalhado pelos autores. O CN é apresentado como palavra que integra ou limita o sentido de substantivos, de adjetivos e de advérbios, e que se liga a eles por meio de preposição. Sintaticamente, o CN pode ser um substantivo, um pronome, um numeral, uma palavra ou expressão substantivada, ou uma oração completiva nominal.

São características do CN apontadas por Cunha e Cintra (2007, p. 140): pode aparecer integrando o sentido do sujeito, do predicativo, do objeto direto, do objeto indireto, do agente da passiva, do adjunto adverbial, do aposto e do vocativo; integra um nome que geralmente corresponde a um verbo transitivo de radical semelhante, como em “amor *da* pátria” e “ódio *aos* injustos”.

Cegalla também divide os termos oracionais em essenciais, integrantes e acessórios e classifica os CNs como termos integrantes que, conforme o autor, são “os que completam a significação transitiva dos verbos e nomes.

Integram, (inteiram, completam) o sentido da oração, sendo, por isso, indispensáveis à compreensão do enunciado” (2005, p. 348). São características do CN apontadas por Cegalla (2005, p. 154-155): é exigido pela significação transitiva de substantivos, adjetivos e advérbios; vem sempre regido de preposição; é paciente, alvo do que declara o nome que complementa; complementa nomes que correspondem a verbos de mesmo radical, como em “amor *ao próximo*” e “obediente *aos pais*”.

Abaurre e Pontara (2006, p. 404), da mesma maneira que os autores já citados, dividem os termos da oração em essenciais, integrantes e acessórios, classificando o CN como termo integrante, que é definido apenas como termo que completa o sentido do nome ou do verbo. Para as autoras, o CN completa especificando o sentido de nomes (adjetivos e substantivos) e advérbios, relacionando-se com esses nomes e advérbios por meio de preposição, como em “nossas previsões relativamente *ao resultado* das provas confirmaram-se” (ABAURRE; PONTARA, 2006, p. 408).

Cipro Neto e Infante não diferem dos demais autores quanto à divisão dos termos da oração em essenciais, integrantes e acessórios, nem quanto à classificação do CN como termo integrante. De acordo com os autores, CN é o “complemento ligado por preposição a um nome (substantivo, adjetivo ou advérbio) transitivo” (CIPRO NETO; INFANTE, 2003, p. 364).

## **Adjunto adnominal**

Cunha e Cintra classificam o AA como termo acessório, aquele que se junta ao nome ou ao verbo para dar maior precisão ao seu significado, e o conceituam como “termo de valor adjetivo que serve para especificar ou delimitar o significado de um substantivo, qualquer que seja a função deste” (2007, p. 150). Os autores afirmam que o AA pode ser um adjetivo, uma locução adjetiva, um artigo definido ou indefinido, um pronome adjetivo, um numeral ou uma oração adjetiva (CUNHA; CINTRA, 2007, p. 149-150). Abaurre e Pontara

também consideram o AA como termo acessório da oração, aquele que torna mais preciso o significado de nomes e de verbos, e o conceituam como “o termo que vem associado a nomes substantivos que ocupam a posição de núcleo de uma função sintática qualquer, modificando, especificando ou precisando seu sentido no contexto” (2006, p. 412). O AA pode ser expresso por adjetivo; locução adjetiva; artigo definido e indefinido; pronome adjetivo possessivo, demonstrativo, indefinido, interrogativo e relativo; e numeral adjetivo. É interessante notar que o conceito de AA dado pelas autoras é bastante parecido com o de CN, “termo da oração que integra o sentido de certos nomes e advérbios especificando-os” (ABAURRE; PONTARA, 2006, p. 408), o que indica, mais uma vez, que a distinção de CN e AA talvez seja contraproducente.

Cipro Neto e Infante (2003, p. 382) seguem o mesmo raciocínio dos autores anteriores e classificam o AA como termo acessório da oração, sendo aquele que não faz parte da estrutura básica da oração, mas que nem por isso pode ser considerado dispensável. O conceito de AA dado por esses autores é o seguinte: “Termo que caracteriza um substantivo sem a intermediação de um verbo” (CIPRO NETO; INFANTE, 2003, p. 386), podendo ser expresso por adjetivo, locução adjetiva, artigo, pronome adjetivo e numeral adjetivo.

Cegalla considera os termos acessórios como aqueles que “desempenham na oração uma função secundária, qual seja a de caracterizar um ser, determinar os substantivos, exprimir alguma circunstância”, e o AA como “termo que caracteriza ou determina o substantivo” (2005, p. 363) e pode ser um adjetivo, um artigo, um pronome adjetivo, um numeral ou uma locução ou expressão adjetiva.

É interessante observar que os exemplos de CN e AA elencados pelos autores, algumas vezes, contradizem seus próprios conceitos. É o que acontece em um dos exemplos de CN trazidos por Cunha e Cintra (2007, p. 139), “Era um repasto de lágrimas *de ambos*”, em que, como se nota, o CN não integra nome correspondente a verbo transitivo de radical semelhante. Cipro Neto e Infante (2003, p. 365) também se contradizem ao ilustrar o conceito de CN

com a frase “Espero que você tenha feito uma boa leitura *do texto*”, em que um termo integrante liga-se a um nome intransitivo, colocando em xeque a definição de estrutura básica da oração, ou a de termos integrantes, ou a de termos acessórios, ou a de CN, ou todas elas.

Outros casos que podem ser discutidos são os exemplos de AA elencados por Cunha e Cintra (2007, p. 150): “Tinha uma memória de prodígio” e “Era um homem de consciência”. Note-se que, nos dois exemplos, os AA são ligados ao substantivo por uma preposição e que ambos são indispensáveis (não acessórios, como afirmam os autores) à complementação do sentido da oração, já que os artigos indefinidos *um* e *uma* fazem com que os substantivos *homem* e *memória* necessitem de uma complementação em seu significado, principalmente se forem consideradas as formas descontextualizadas propostas pelas gramáticas normativas.

## **Crítérios ou atributos para a distinção de CN e AA**

Como se observou na seção passada, a linha que separa conceitual e gramaticalmente um CN de um AA preposicionado é bastante tênue, para não dizer inexistente. Por isso, alguns autores ocupam-se em estabelecer critérios ou atributos distintivos dos dois termos oracionais. Considerando-se as gramáticas normativas, apenas Cipro Neto e Infante (2003) e Cegalla (2005) fizeram a distinção.

Cipro Neto e Infante individualizam os termos afirmando que o AA somente acompanha substantivo, enquanto o CN acompanha substantivo, adjetivo e advérbio. Sendo assim, quando o significado de um adjetivo ou de um advérbio estiver acompanhado de uma complementação, esta complementação só poderá ser um CN (CEGALLA, 2005, p. 388). No entanto, no caso de o substantivo ser o elemento que está acompanhado de complementação, a dúvida quanto à classificação desse complemento em CN ou AA persiste.

Outro critério apresentado pelos autores para se distinguir CN de AA é o de que o CN é exigido pela transitividade do nome que complementa, por isso é paciente ou alvo do que é expresso por esse substantivo, enquanto o AA é agente ou possuidor da expressão do substantivo a que se liga. Sobre o mesmo critério, Cegalla faz o seguinte alerta:

Não confundir o adjunto adnominal formado por locução adjetiva com complemento nominal. Este, como vimos, representa o alvo da ação expressa por um nome transitivo: a eleição do presidente, aviso de perigo, declaração de guerra, empréstimo de dinheiro, plantio de árvore, colheita de trigo, destruidor de matas, descoberta de petróleo, amor ao próximo etc. O adjunto adnominal formado por locução adjetiva representa o agente da ação ou a origem, pertença, qualidade de alguém ou de alguma coisa: o discurso do presidente, aviso de amigo, declaração do ministro, empréstimo do banco, a casa do fazendeiro, folhas de árvores, farinha de trigo, beleza das matas, cheiro de petróleo, amor de mãe. ( 2005, p. 364)

O estabelecimento desses critérios é uma medida de ordem prática, mas de utilidade duvidosa, para alguns exemplos de CN, como “Aliança *com o estrangeiro*” (CEGALLA, 2005, p. 354), em que *o estrangeiro* não pode ser considerado paciente ou alvo da aliança, uma vez que a aliança se dá igualmente entre todas as partes que dela participam, o que leva ao entendimento de que essas partes são agentes e pacientes ao mesmo tempo. “Empréstimo *do banco*”, considerado um exemplo de AA (CEGALLA 2005, p. 364), pode ser visto também como CN, conforme a regra do agente/paciente, se o banco tomou o empréstimo, é CN, mas, se concedeu o empréstimo, é AA. Isso demonstra que a distinção entre os dois termos oracionais enfocados nesta pesquisa não é tão simples como pretendem as obras prescritivas.

Os critérios descritos acima podem ser resumidos da seguinte maneira:

**Quadro 1:** Características de CN e AA de acordo com as gramáticas normativas

COMPLEMENTO NOMINAL	ADJUNTO ADNOMINAL
Modificam um substantivo <b>ABSTRATO</b> .	Modificam um substantivo <b>CONCRETO</b> .
São <b>PACIENTES</b> da ação expressa pelo substantivo.	São <b>AGENTES</b> da ação expressa pelo substantivo.
<b>NÃO</b> expressam relação de <b>POSSE</b> com o substantivo ao qual se ligam.	Expressam relação de <b>POSSE</b> com o substantivo ao qual se ligam.
<b>NÃO</b> expressam circunstância de <b>TIPO</b> , matéria ou substância.	Expressam circunstância de <b>TIPO</b> , matéria ou substância.
São palavras, grupos de palavras ou orações de valor <b>SUBSTANTIVO</b> .	São palavras, grupos de palavras ou orações de valor <b>ADJETIVO</b> .
São <b>ESSENCIAIS</b> .	São <b>ACESSÓRIOS</b> .

Partindo dessa relação de características, foi desenvolvida, para esta pesquisa, uma metodologia de checagem da pertinência dessa distinção dos dois termos oracionais, por meio da análise de dados empíricos.

## O que dizem as gramáticas descritivas

Como se viu na seção anterior, CN e AA possuem, muitas vezes, comportamentos semânticos e, essencialmente, comportamentos sintáticos semelhantes, e as características elencadas pelas gramáticas normativas acabam por indicar que esses elementos não deveriam pertencer a grupos distintos de termos oracionais.

Quanto ao que se encontra nas gramáticas descritivas/funcionais sobre o sintagma nominal (SN), podemos relacionar o seguinte:



Perini descreve a estrutura do SN a partir de uma abstração, o SN máximo, ou seja, aquele que tem todas as posições possíveis preenchidas, mas que nunca ocorreu na realidade, como o exemplo “Os outros dois meus mesmos velhos amigos queridos de salvador” (2009, p. 96).

Castilho (2010) fornece uma regra descritiva para análise de sintagmas: Sintagma → (Especificadores) + Núcleo + (Complementadores), em que os complementadores são SAdv, SAdj ou SPrep encaixados ao núcleo do SN. A partir dessa regra, o SN máximo de Perini seria analisado da seguinte maneira: *Os outros dois meus mesmos velhos* seriam os especificadores, *amigos*, o núcleo e *queridos de salvador*, os complementadores.

Vamos deixar as lições de Castilho de lado, apenas por enquanto, e retomar o SN máximo de Perini. Esse autor divide esse SN em duas porções, a direita e a esquerda, incluindo, respectivamente, os elementos que estão à direita do núcleo e os que estão à sua esquerda. De acordo com Perini, a área esquerda compreende dez posições, das quais seis são fixas, e quatro, variáveis. As seis posições fixas correspondem às seguintes funções: determinante (Det), possessivo (Poss), reforço (Ref), quantificador (Qf), pré-núcleo externo (PNE) e pré-núcleo interno (PNI) (PERINI, 2009, p. 97).

As quatro posições variáveis (PV), que correspondem a um numerador (Num), ocorrem entre as posições fixas, com exceção da posição entre os dois pré-núcleos, em que não há interposição de nenhum elemento. Assim, esquematicamente, a área esquerda ao núcleo do SN máximo é a seguinte: [Det PV4 Poss PV3 Ref PV2 Qf PV1 PNE PNI]. (PERINI, 2009, p. 97).

Os elementos que desempenham as funções de Det, Poss, Ref, Qf, PNI e Num pertencem, segundo o autor, a classes fechadas: Det: *o, este, esse, aquele, algum, nenhum, um*; Poss: *meu, seu, nosso* etc; Ref: *mesmo, próprio, certo*; Qf: *poucos, vários, diversos, muitos, único, primeiro (segundo, terceiro* etc.); PNI: *mau, novo, velho, claro, grande*; Num: *outro, dois, três, quatro* etc (PERINI, 2009, p. 99). Já os elementos que podem representar o PNE pertencem

a uma classe aberta, cujos exemplos podem ser: *mero, pretenso, meio, suposto, reles, inesquecível, ilusório, simples, bom, velho, novo* etc (PERINI, 2009, p. 99).

Na área direita do SN máximo, estão o núcleo do SN (NSN), o modificador interno (ModI) e o modificador externo (ModE), sendo todas essas funções desempenhadas por classes abertas, e podendo as funções de NSN e de ModE ser desempenhadas por sintagmas maiores, e não somente por palavras individuais, como ocorre nos grupos da área esquerda do SN (PERINI, 2009, p. 101). O autor chama atenção para os fatos de que o NSN é o único que pode constituir sozinho um SN e de que uma boa parte das palavras que pode ser PNE também pode ser modificador (PERINI, 2009, p. 103).

Fazendo um paralelo entre o que é exposto por Perini e o que é ensinado nas gramáticas normativas sobre CN e AA, pode-se perceber que o CN e o AA somente podem pertencer à área direita do SN, ao mesmo tempo em que tudo o que está na área esquerda é considerado AA, isto é, todas as formas de adjunto nominal previstas pelas gramáticas normativas e não só o preposicionado.

Muitas palavras, como afirma Perini, podem transitar pelas duas áreas, comportando-se ora como PNE, ora como modificadores, sem causar alteração de sentido, como nos exemplos *Uma fantástica experiência* e *Uma experiência fantástica*. (PERINI, 2009, p. 103). Essas palavras que podem ser PNE ou modificadores são AAs para as gramáticas normativas.

Em termos sintáticos, então, a diferença entre CN e AA está no fato de o primeiro termo somente poder ocupar a área direita do SN, e o segundo poder ser encontrado nas duas áreas e, em alguns casos, nas duas indistintamente. Acontece que essa diferença não soluciona o problema de distinção existente entre o CN e o AA, já que ambos os termos só podem aparecer na área direita do SN porque são antecidos por preposição, partícula que, quando introdutora de CN e de AA e, na ordem canônica da língua portuguesa, deve se ligar diretamente ao nome cujo sentido será complementado ou modificado.

Considerando o SN e retomando a regra Sintagma → Especificadores + Núcleo + Complementadores, Castilho (2010) observa que os especificadores podem ser artigos, demonstrativos, possessivos, quantificadores, expressões qualitativas, delimitadores, e chama atenção para o fato de que especificadores são “um rótulo de caráter sintático, que designou um constituinte sintagmático e sentencial, qualquer que seja sua interpretação semântica. Assim, haverá especificadores semanticamente determinados e determinantes semanticamente indeterminados” (CASTILHO, 2010, p. 454). Esse autor afirma ainda que o núcleo do SN pode ser constituído por substantivos ou pronomes pessoais, neutros ou adverbiais, “enquanto os complementadores podem ser os sintagmas adjetivais que funcionam como adjunto adnominal [...], sintagmas preposicionais que funcionam como complemento nominal e as sentenças relativas” (CASTILHO, 2010, p. 455).

Nota-se que Perini (2009) e Castilho (2010) chegaram a conclusões bastante parecidas quanto às classes de palavras e aos elementos que podem compor a área direita e a área esquerda de um sintagma nominal. Analisando-se as propostas desses autores, poder-se-ia pensar que uma maneira adequada de se solucionar a questão da distinção entre CN e AA seria considerarmos todos os elementos à esquerda do núcleo como sendo AAs e os à direita, como CNs. Essa solução, no entanto, criaria um problema quando estivesse em questão exemplos como o de Perini (2009) “*Uma fantástica experiência*” e “*Uma experiência fantástica*” (PERINI, 2009, p. 103), em que uma mesma palavra (*fantástica*), em ocorrências em que pertence à mesma classe (adjetivo), poderia ser classificada como pertencente a grupos diferentes (AA e CN), em decorrência, apenas, da sua posição anterior ou posterior ao núcleo.

O fato é que a regra de Castilho (2010) Sintagma → Especificadores + Núcleo + Complementadores pode fazer supor equivocadamente que todos os elementos que estão à esquerda do núcleo comportam-se de uma forma e todos à sua direita comportam-se também de uma mesma maneira, mas distintamente dos elementos à esquerda.

Perini (2010) esclarece a questão enumerando os elementos que aparecem antes do núcleo. De acordo com o autor, esses elementos estão divididos nos seguintes grupos<sup>4, 5</sup> e na seguinte ordem: pré-determinante → determinante → quantificador/possessivo sintético/numeral (PERINI, 2010, p. 260). O autor alerta-nos, no entanto, para o fato de que vários desses elementos podem aparecer também depois do núcleo, como em “*professor nenhum*”, “*pessoa alguma*”. Para ele, a diferença de posição, na maioria das vezes, mas nem sempre, provoca importante diferença de significado. Um exemplo em que a mudança de posição provoca alteração no significado é “*qualquer mulher, mulher qualquer*”. Um exemplo em que a mudança de significado não acontece é “*Esse meu amigo ganhou o prêmio*” e “*Esse amigo meu ganhou o prêmio*” (PERINI, 2010, p. 261).

Castilho (2010), apesar de apresentar ao leitor a regra SN → Especificadores + Núcleo + Complementadores, concorda com Perini que nem sempre os especificadores estarão à esquerda do núcleo e os complementadores estarão à sua direita. Conforme o autor, “de imediato, constata-se que dois deles (dos constituintes dos SN) obedecem a uma regra categórica de colocação: o artigo é sempre pré-nuclear e a sentença relativa é sempre pós-nuclear. Todos os demais Especificadores e Complementadores exemplificam regras variáveis de colocação” (CASTILHO, 2010, p. 461).

---

4 Os elementos que compõem cada grupo, de acordo Perini (2010), são: Predeterminantes: ambos e todos; Determinantes: o, um, esse, aquele, algum, nenhum, cada, que, qual; Quantificadores: quantos, tantos, poucos, muitos, vários, qualquer, certos, meio; Possessivos sintéticos: meu, seu, nosso; Numerais: um, dois, três etc. e primeiro, segundo, terceiro etc. (PERINI, 2010, p. 259-260).

5 Há elementos, por sua vez, que só podem aparecer depois do núcleo, como nominais invariáveis em gênero e número, exemplificados por *alerta*, e os que indicam cores. Também só ocorrem depois do núcleo: ruim, comum (exceto quando na expressão idiomática *de comum acordo*), esnobe, macho, fêmea (PERINI, 2010, p. 264). Outros modificadores, a maioria dos nominais, podem aparecer antes ou depois do núcleo. No primeiro caso, vêm imediatamente antes do núcleo e somente podem ser compostos de uma palavra, porque os nominais formados de mais de uma palavra só ocorrem depois do núcleo, com algumas exceções, como os superlativos “*a mais animada* participante da quadrilha” e os modificadores intensificados “*um bem treinado* cavalo de corrida” (PERINI, 2010, p. 263).

Os demonstrativos, por exemplo, que funcionam como especificadores do SN, não serão sempre encontrados à esquerda do substantivo. O mesmo ocorre com os possessivos, especificadores que podem aparecer na posição pré-nuclear, não marcada, e na posição pós-nuclear, marcada e enfática, como em “*Meu filho/seu filho não anda por aí em más companhias*” e “*Filho meu/filho seu leva as coisas a sério*” (CASTILHO, 2010, p. 503).

Os complementadores são tratados por Castilho como sintagmas adjetivais, preposicionais e sentenças adjetivas encaixadas em outro sintagma. Sobre SPs (o CN e o AA preposicionado), Castilho (2010) os trata a partir da mesma regra  $SP \rightarrow \text{Especificadores} + \text{Núcleo} + \text{Complementadores}$  em que o núcleo é a preposição. O autor afirma que somente os advérbios podem especificar SPs, caso em que esse sintagma poderá se deslocar para antes ou depois do núcleo do sintagma ao qual se encaixa. Os demais SPs são constituídos, de acordo com Castilho (2010), apenas por Núcleo + Complementador, sendo que o núcleo (preposição) ligar-se-á diretamente ao sintagma ao qual o SP se encaixa, indicando que o SP encaixado a SN e formado apenas por núcleo e complementador estará preferencialmente à direita do núcleo desse SN. Dessa forma, demonstra-se, mais uma vez, a semelhança estrutural de CNs de AAs.

Castilho (2008) também afirma que classes de palavras que atuam reconhecidamente como especificadores (determinantes na terminologia de Perini) podem aparecer antes e depois do núcleo. Para aquele autor, por exemplo, a “posição de base dos demonstrativos é antes do N. Entretanto, quando se repete o N, eles podem aparecer pospostos” (CASTILHO, 2008, p. 123). Isso é o que ocorre em *Encontrei esse livro na biblioteca. Livro esse que estava deslocado de sua seção* (CASTILHO, 2008, p. 123).

O mesmo ocorre com os quantificadores indefinidos, que, como especificadores, podem ocupar posição pré ou pós-nominal, sem alteração semântica, como em “na cidade *todas* as pessoas estavam comentando o filme...” e “na cidade as pessoas *todas* estavam comentando o filme” (CASTILHO, 2008, p. 147),

ou com mudança de significado, como em “Pessoas de *certa* idade nunca dizem a idade *certa*” (ILARI et al., 2008, p. 147), caso em que especificador deixa de sê-lo, passando a funcionar como modificador.

AA e CN, devido ao fato de serem sintagmas preposicionados, fazem parte do grupo de elementos, citados por Perini (2009) e Castilho (2010), que só podem vir após o núcleo. Isso comprova que o comportamento dos termos oracionais é sintaticamente semelhante e que eles não devem ser separados em classes distintas, que é o que se pretende comprovar com esta pesquisa, por meio da análise de uso da língua.

Está claro também que a posição de um elemento antes ou depois do núcleo não faz dele um determinante ou um modificador. Essas funções dependem, de acordo com Perini (2010), Castilho (2010) e Ilari *et al.* (2008), do tipo de relação de sentido que será mantida com o núcleo do SN.

Camacho *et al.* tentam separar e enumerar as classes de palavras que podem determinar (especificar) e as que podem modificar (complementar) os substantivos. Conforme os autores, “dentro de um SN o substantivo será sempre o elemento determinado ou modificado, em oposição aos elementos que, funcionando como determinantes e modificadores, permitem diferentes possibilidades de composição nominal” (CAMACHO et al., 2008, p. 23). Os determinantes compreendem os artigos definidos e indefinidos, os pronomes adjetivos, os quantificadores definidos e indefinidos. Já os modificadores, compreendem os adjetivos e as sentenças relativas.

É interessante notar que os adjetivos podem, como demonstrado nos exemplos dos próprios autores, aparecer à esquerda ou à direita do substantivo, como em: “e aí depois fazem vários molhos – você pode escolher – tem *molhos doces* e *molhos salgados*; inclusive o o:... o *antigo procurador* parece que não era... o antigo procurador; Há uma preocupação modernamente em dar *melhor tratamento* possível à sinalização” (CAMACHO et al., 2008, p. 24). Já os especificadores somente podem estar à esquerda do substantivo, enquanto as locuções adjetivas e as sentenças relativas localizam-se à sua direita.

Em que pese a indicação de um caminho para se solucionar a questão de distinção entre CN e AA, qual seja, separar as classes de palavras que podem

ou não modificar um substantivo, deve-se atentar para o fato de que os modificadores apontados pelos autores, quais sejam, adjetivos, locuções adjetivas e orações relativas (adjetivas) englobam apenas ocorrências passíveis de formar AA, e não CN, conforme apontado pelas gramáticas normativas. Ou seja, a divisão dos componentes do sintagma em determinantes e modificadores incluiria apenas os AAs, e não os CNs, o que jogaria por terra a possibilidade de se incluírem os dois termos oracionais em um único grupo, o de modificadores.

O que acontece é que, de fato, os substantivos podem ser modificados por orações substantivas, como em “tive a oportunidade *de trabalhar fazer uma cena com o:: o balê russo.*” (CAMACHO et al., 2008, p. 36) e esse tipo de modificação deveria ter constado na lista dos autores.

Contudo, a identificação de determinantes e modificadores por meio de classes de palavras (por exemplo, afirmando-se que adjetivos serão sempre modificadores e artigos serão sempre determinantes) não é suficiente para se reconhecer como tais um termo oracional. Como se pôde observar até aqui, existem palavras que, mesmo pertencendo prototipicamente a certa classe gramatical, podem se comportar como se pertencessem a outra classe e, assim, ora especificar, ora modificar o núcleo do SN, como em “*qualquer mulher, mulher qualquer*” (PERINI, 2010, p. 261), em que *qualquer*, especifica *mulher*, no primeiro caso, como pronome indefinido, e modifica, no segundo caso, por ganhar valor adjetival (PERINI, 2010, p. 261). Além disso, quase todas as classes de palavras podem se comportar como substantivo e, nesse caso, passar de determinante e modificador a núcleo do SN.<sup>6</sup>

Assim, não parece que transformar a distinção entre CNs e AAs em uma questão somente morfológica (de classes de palavras) ou uma questão

---

6 É o que afirma Neves (2000). Essa autora fornece exemplos interessantes em que palavras que pertencem prototipicamente a outra classe morfológica são usadas como substantivos: “Os *velhos* são surdos e não gostam de ópera”; “Já que não podia guardá-las no próprio cofre: – Partindo do *quatro*, uma volta à direita até o *nove*, duas voltas à esquerda até o *dois*.”; “A dor reduziu-se a um *latejar* regular, mas suportável”; “No ponto culminante do ritual de um amoroso sacrifício, derrubávamos as fronteiras entre a morte e a vida, o *eu* e o *tu*, o *dar* e o *receber*.”; “Só o *aqui* e o *agora* são reais” (NEVES, 2000, p. 70).

sintática resolva com sucesso o problema da separação desses termos oracionais. Pelo contrário, como demonstra Perini (2010), à exceção dos artigos, cuja ocorrência será sempre pré-nuclear, não há como delimitar ocorrências unicamente pré nem pós-nucleares, tendo em vista o grande número de exceções existentes. Além disso, a mudança de posição de um elemento geralmente causa mudança sensível de significado do sintagma, fazendo com que esse elemento deixe de ser determinante a passe a ser modificador e vice-versa.

Com base na discussão apresentada, podemos considerar a possibilidade de se resolver a questão da separação de AAs e CNs, enfocada neste trabalho, mantendo esses elementos oracionais indistintos, classificados simplesmente como pós-modificadores de SNs.

Observando-se a citação abaixo, percebe-se que Vilela e Koch (2001) tomam posição semelhante a essa que acabamos de propor, uma vez que mantêm os dois termos da oração em foco nesta pesquisa unificados sob o rótulo de complementos preposicionais ou frásicos. As autoras afirmam que o SN

[...] pode ser constituído por um núcleo nominal precedido de determinantes e/ou qualificadores, por um nome próprio precedido ou não de determinantes, por um grupo nominal seguido de complementos preposicionais ou frásicos, ou por um grupo nominal em que o nome é precedido ou seguido de adjetivos (VILELA; KOCH, 2001, p. 327)

Esta pesquisa, que objetivou checar a inconsistência da distinção entre AAs e CNs tradicionalmente proposta, foi dividida em duas partes, que apresentaram procedimentos metodológicos específicos. A primeira parte envolveu a análise de dados empíricos, especificamente dos substantivos abstratos de um *corpus*, checando-se, por meio de procedimentos da Linguística de *Corpus*, se as características usualmente propostas pelas gramáticas normativas como sendo típicas de CNs de fato constavam dessas ocorrências. Na segunda parte da pesquisa, para se lidar com a distinção essencial / acessório, de caráter preferencialmente



subjetivo, mas também usualmente empregada na distinção de CN e AA, foi realizado um experimento no qual alguns falantes foram levados a construir pequenos textos contendo determinados SNs. Essas duas partes da pesquisa estão descritas a seguir.

## Pesquisa: Primeira Parte

Com o objetivo de se verificar se as características que compõem os critérios para distinção entre CN e AA, sintetizadas no Quadro 1, de fato estão presentes na língua em uso, ou seja, se efetivamente são levados em conta, ou são acionados, pelos usuários da língua, ao fazerem o processamento dos sintagmas preposicionais que constituem esses pós-modificadores, foram adotados procedimentos metodológicos que incluíram a construção de um *corpus* do português brasileiro culto escrito.

O *corpus* construído para a pesquisa tem um total de 407.482 palavras, o que o caracteriza como um *corpus* médio (250 mil a 1 milhão de palavras), composto de 527 textos, coletados individualmente e por gênero textual. Os textos constantes do *corpus* são representantes de três domínios da atuação humana: textos do domínio jornalístico contribuem com 137.775 palavras; textos do domínio literário, com 133.833; e do domínio científico, com 135.726.

Ao se construir o *corpus*, buscou-se uma variedade de estruturas sintáticas e itens de vocabulário, o que foi obtido com a utilização de colunas jornalísticas, assuntos científicos e autores literários diversificados.<sup>7</sup> Acredita-se que essa variedade tenha proporcionado a formação de um *corpus* rico e confiável para

<sup>7</sup> Os gêneros textuais do domínio jornalístico são ensaios e reportagens retirados das colunas *Política, Mundo, Saúde, Esporte e Opinião*, do jornal *Folha de São Paulo*. Os do domínio científico são artigos científicos sobre assuntos diversos, publicados em *sites* de universidades brasileiras, bem como em *sites* com extensão *gov* e *org*. Já os textos do domínio literário foram escolhidos entre textos de autores brasileiros consagrados na produção de crônicas e contos, escritos desde meados do século XX até os dias atuais. Os gêneros contos e crônicas foram escolhidos por serem representados por textos relativamente curtos, evitando o risco de se encontrarem construções repetidas, o que poderia ocorrer caso se considerasse um romance de um único autor.

os propósitos de investigação da pesquisa. Essa diversidade textual contrasta com a quase exclusividade de textos literários canônicos utilizados como fonte de exemplos pelas gramáticas.

Nesta pesquisa, utilizando-se da ferramenta AntConc 3.2.4w, programa de concordâncias livre para Windows, Macintosh OS X, e Linux, criado pelo pesquisador Laurence Anthony, e disponível para *download* no endereço <<http://www.antlab.sci.waseda.ac.jp/software.html>>, foram buscadas ocorrências de *substantivos abstratos* acompanhados da preposição *de* ('substantivo abstrato + *d\**'). A busca foi feita escrevendo-se o conjunto (*clusters*) *substantivo abstrato + d\**, por exemplo, *necessidade d\*<sup>8</sup>*, no campo de busca do AntConc, que forneceu todos os contextos em que esses *clusters* foram encontrados. A partir daí, as análises foram feitas manualmente. O “\*” permitiu que fossem encontradas as ocorrências em que o substantivo estava acompanhado da preposição *de* sem ou com contração com os artigos *a, o, as, os*, como *necessidade da(s)* e *necessidade do(s)*.

Foram obtidas 381 ocorrências. A intenção da utilização desse procedimento foi a de se investigar a pertinência dos atributos distintivos de um CN, observando-se se o substantivo abstrato vem sempre acompanhado de paciente da ação expressa pelo verbo com o qual se relaciona etimologicamente, e se o sintagma preposicionado que o modifica pode ser representado por substantivo, pronome, numeral, palavra ou expressão substantivada ou oração completiva nominal.

Para tal investigação, todas as ocorrências encontradas para *substantivo abstrato (lema) + de* foram agrupadas nas seguintes categorias: *Lema + de + verbo*; *Lema + de + substantivo*; *Lema + de + artigo com contração (da,*

---

8 Os lemas pesquisados neste trabalho são os seguintes substantivos abstratos: *necessidade, desejo, defesa, realização, suspensão, criação, sensação, pretensão, discussão, decisão, briga, pensamento, recuperação, amor, possibilidade, intenção, prioridade, pagamento, construção, integração*. Essa escolha foi feita a partir dos exemplos de CN encontrados pelas gramáticas pesquisadas, bem como dos conceitos de substantivo abstrato de verbal e dos exemplos desse tipo de substantivo encontrados nas mesmas obras.

*das, do, dos); Lema + de + artigo indefinido; Lema + de + artigo definido sem contração; Lema + de + pronome reflexivo; Lema + de + conjunção subordinativa; Lema + de + outras categorias lexicais.*

Depois dessa categorização, cada ocorrência de cada grupo foi analisada separadamente em termos de: papéis temáticos desempenhados (agente/paciente), relação de posse e classificação morfossintática. Com isso, buscou-se investigar se há padrões de comportamento específicos para CNs que distinguiriam esses termos de AAs, conforme proposto pelas gramáticas normativas.

Os conceitos de ‘agente’ e ‘paciente’ que amparam as análises neste artigo vêm das seguintes propostas: para o primeiro desses conceitos, escolheu-se o proposto por Chafe, de acordo com quem agente “é algo que realiza a ação,” incluindo seres animados, inanimados e forças naturais (1979, p. 100). Tratando esse conceito em termos de papel semântico, agente é, então, o papel semântico que expressa a entidade que realiza a ação. Nesses termos, a definição de agente contrasta ou é complementar à definição de paciente de Perini, também adotada nesta pesquisa, conforme a qual “paciente é o papel semântico que expressa a entidade diretamente afetada por uma ação, ou que sofre a ação, para utilizar o termo tradicional” (2009, p. 261).

Os conceitos de agente e paciente utilizados têm, assim, sentidos bem amplos, envolvendo papéis semânticos (ou temáticos) mais específicos, como experienciador (para agente) e tema (para paciente). A escolha de tais conceitos permitiu que a análise se coadunasse com a proposta das gramáticas normativas consultadas, que não se preocupam em definir esses conceitos ao mencioná-los nas caracterizações de CN e AA. Essa nossa opção abre a possibilidade para que os conceitos de agente e paciente sejam utilizados de maneira a abarcar o maior número possível de situações.

A análise das ocorrências em termos de agente e paciente foi feita, na pesquisa, considerando-se o papel temático desempenhado pelos termos nos contextos em que aparecem. Há casos em que se observa que um sintagma é

agente e paciente ao mesmo tempo, o que também é analisado em contexto, como ocorre em *Anna Maria da Trindade dos Reis*, como parte da **defesa do consórcio** contra a Eletronorte (o consórcio se defende, logo defendeu e foi defendido ao mesmo tempo).

Os resultados desta primeira parte da pesquisa, encontrados a partir da análise dos dados do *corpus* descrita acima, estão no quadro abaixo, que contém também alguns exemplos de cada caso analisado.

**Quadro 2:** Características de CN e AA em dados da língua em uso

COMPLEMENTO NOMINAL	ADJUNTO ADNOMINAL
<p>Modificam um substantivo <b>ABSTRATO</b></p> <p>São <b>PACIENTES</b> da ação expressa pelo substantivo (240 ocorrências) Quando é que se inicia a <u>construção</u> de uma casa? O município foi escolhido para a <u>realização</u> deste trabalho</p> <p>Torcemos pela <u>recuperação</u> de todas as jogadoras (9)</p>	<p>Modificam um substantivo <b>CONCRETO</b></p> <p>São <b>AGENTES</b> da ação expressa pelo substantivo. (37 ocorrências)</p> <p>A <u>decisão</u> do Banco Central Não parece ser a <u>prioridade</u> de um país que anunciou cortes</p> <p>A <u>defesa</u> da Eletronorte contra o <u>Cnec</u> (Ocorrências)</p>
<p><b>NÃO</b> expressam relação de <b>POSSE</b> com o substantivo ao qual se ligam.</p>	<p>Expressam relação de <b>POSSE</b> com o substantivo ao qual se ligam</p> <p><u>Decisão</u> de vários membros da Otan <u>Prioridade</u> de um país <u>Desejo</u> dos cidadãos</p>
<p><b>NÃO</b> expressam circunstância de <b>TIPO</b>, matéria ou substância.</p>	<p>Expressam circunstância de <b>TIPO</b>, matéria ou substância.</p> <p><u>Briga</u> de facções <u>Briga</u> de marido e mulher <u>Briga</u> de rua <u>Amor</u> de perdição <u>Amor</u> da minha vida (5 ocorrências)</p>
<p>São palavras, grupos de palavras ou orações de valor <b>SUBSTANTIVO</b></p> <p><u>Decisão</u> de enfrentar o combate à inflação (90 ocorrências) <u>Decisão</u> do júri <u>Decisão</u> do Ministério da Previdência</p>	<p>São palavras, grupos de palavras ou orações de valor <b>ADJETIVO</b></p> <p><u>Briga</u> de facções <u>Briga</u> de marido e mulher <u>Briga</u> de rua <u>Amor</u> de perdição</p>

O quadro acima deve ser analisado da seguinte forma: do lado esquerdo estão as características que, de acordo com as gramáticas normativas, pertencem aos CNs e, do lado direito, as que pertencem aos AAs. Das 381 ocorrências analisadas, em 291 (240 + 37 + 9 + 5), o SN formado pelo *substantivo abstrato* + *de* aparece acompanhado por um SN (e não por uma oração) assumindo a forma sintática prototípica para CN prevista pelas gramáticas normativas: SUBSTANTIVO ABSTRATO + DE + SN. Das 381 ocorrências analisadas, em 90 delas, o substantivo *abstrato* + *de* é acompanhado por uma oração (SUBSTANTIVO ABSTRATO + DE + ORAÇÃO), padrão sintático não previsto pelas gramáticas normativas. Das 291 ocorrências sintaticamente prototípicas, em 240, ou seja, em 82%, o SN formado pelo *substantivo abstrato* + *de* comporta-se da forma prevista nas gramáticas normativas em termos de características de CN e AA e, em 51 (37 + 9 + 5) ocorrências sintaticamente prototípicas (18%), o SN formado por *substantivo abstrato* + *de* apresenta comportamento distinto do previsto pelas gramáticas normativas em termos dessas características. O comportamento que foge às características de CN e AA previstas pelas gramáticas normativas está exemplificado em molduras dentro do Quadro 2.

Detalhando a informação contida no Quadro, tem-se que, em 37 das 291 ocorrências prototípicas, o substantivo abstrato pesquisado liga-se a agentes da ação expressa pelo substantivo, como nos exemplos *A decisão do Banco Central* e *Não parece ser a prioridade de um país que anunciou cortes*.

Em 9 das 291 ocorrências, o substantivo abstrato pesquisado liga-se a sintagma que exerce, ao mesmo tempo, papel de agente e de paciente, como em *A defesa da Eletronorte contra o Cnec* e *Torcemos pela recuperação de todas as jogadoras*.

Em 5 das 291 ocorrências, existe relação de tipo entre o substantivo abstrato e o sintagma ao qual se liga. É o que se verifica em *Briga de facções*; *Briga de marido e mulher*; *Briga de rua*; *Amor de perdição* e *Amor da minha vida*.

Finalmente, 90 das 381 ocorrências apresentam a estrutura SUBSTANTIVO ABSTRATO + DE + ORAÇÃO. Em todos esses casos, a oração que se liga

ao substantivo abstrato é substantiva. Contudo, se forem observados todos os grupos nominais, sintagmas e orações aos quais se ligam os substantivos abstratos pesquisados, é preciso considerar que nem sempre esses grupos terão valor substantivo, como preveem as gramáticas normativas, haja vista os exemplos encontrados no Quadro 2, em que existe relação de tipo entre o sintagma e o substantivo ao qual esse sintagma se liga. Havendo relação de tipo, haverá, por certo, sintagma de valor adjetivo.

Uma questão que merece destaque é a da relação de posse entre os substantivos abstratos e os sintagmas aos quais se ligam. Embora as gramáticas normativas e os dicionários do português brasileiro somente prevejam a possibilidade de existência de relação de posse entre substantivos concretos e o AA que os seguem, é possível pensar nessa relação entre substantivos abstratos e CN. Se o falante do português pode dizer algo do tipo *Você roubou minha ideia, Eu tenho um sonho, Essa briga é sua, não minha*, existe um indicativo de que a relação de posse pode sim envolver substantivos abstratos. Considerando-se, então, a possibilidade de haver relação de posse entre substantivos abstratos e os sintagmas aos quais esses substantivos se ligam, tal relação pôde ser observada em 47 das 381 ocorrências analisadas.

Apesar da importância dessa discussão, os dados referentes à relação de posse não foram considerados para o resultado final da pesquisa em virtude da ausência de previsão do conceito de posse, em dicionários e gramáticas, relacionado a coisas imateriais. Assim, foi possível notar, como se disse, que, em 82% das ocorrências em que o substantivo abstrato pesquisado se liga a sintagmas, há uma correspondência entre o que se encontrou nos dados da língua em uso e a previsão gramatical. Porém, há 18% de ocorrências, porcentagem nada desprezível, em relação às quais a previsão gramatical não encontra amparo na língua culta em uso no Brasil. Neste último grupo de ocorrências, as características de CN e AA misturam-se, indicando não haver justificativa ou embasamento empírico para a classificação distinta (em CN e AA) dos termos analisados.

## Pesquisa: Segunda Parte

Para a checagem dos atributos essencial e acessório, sendo esses conceitos muito abstratos para serem avaliados por meio dos instrumentos da Linguística de *Corpus*, optou-se pela realização de um experimento, que envolveu a solicitação de que falantes produzissem pequenos textos contendo determinados SNs. A principal hipótese que sustenta a segunda parte da pesquisa é a de que, em certas situações discursivas, um substantivo concreto acompanhado da preposição *de* pode ser tão predicador quanto um substantivo abstrato e, por isso, um AA pode ser semanticamente<sup>9</sup> tão essencial quanto um CN.

É bastante usual as gramáticas normativas separarem, de forma engessada, o que é essencial do que é acessório em relação a termos da oração. Essencialidade, no entanto, deve ser observada no discurso. Mesmo quando as gramáticas utilizam dados reais da língua, tratam-se de exemplos pinçados da língua-discurso que se enquadrem em suas prescrições conceituais. Esse é um procedimento que ignora os contextos discursivos em que se deram tais ocorrências e que não legitima afirmações do que seja essencial e acessório.

A constatação da importância de se analisar o enunciado,<sup>10</sup> e não a mera possibilidade de língua, vem do fato de que todo enunciado é um resgate de nossas memórias enunciativas. Conforme explica Orlandi (1992 p. 89-90):

---

<sup>9</sup> Diz-se que um AA pode ser tão semanticamente essencial quanto um CN, mas também é possível dizer que um CN pode ser tão sintaticamente acessório quanto um AA. Isso porque, se uma oração faz sentido com ou sem AA, ou com ou sem CN, mesmo que com sentidos diferentes daqueles que as orações têm com o acréscimo desses termos, isso quer dizer que os dois termos são essenciais para o sentido da oração, mas podem ser sintaticamente dispensáveis.

<sup>10</sup> O uso que se faz neste trabalho de nomenclaturas referentes à Teoria da Enunciação é restrito àquilo que é essencial para se deixar mais clara a argumentação aqui conduzida, sem gerar incompatibilidade de natureza epistemológica com a análise realizada.

[...] o enunciável (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciador. Ele se apresenta como séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória. Esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso.

Assim, considerando-se um enunciado com todas as suas especificidades discursivas, principalmente no que diz respeito às memórias que esse enunciado resgata, é temerário dizer, sem uma análise bastante cautelosa, que um termo de dada oração é dispensável (ou acessório).

Os atributos acessório e essencial parecem estar relacionados à (in) saturação de um dado elemento oracional e à relação entre esse elemento e os elementos a ele relacionados.

- (1) Casa de vó<sup>11</sup> é tudo de bom.
- (2) Todo mundo tem necessidade de afeto.

Em (1) e (2), os substantivos *casa* e *necessidade* projetam um lugar sintático de pós-modificador cada um, porque *de vó* e *de afeto* são elementos essenciais para o significado pretendido pela enunciação. No entanto, de acordo com as gramáticas normativas, só *de afeto* é essencial porque só o substantivo *necessidade* é transitivo e o substantivo concreto é saturado.

É possível interpretar, em termos de saturação, o que as gramáticas normativas tratam como termos essencial e acessório, ou seja, exigência ou não de complementação. Assim, pode-se dizer que, para as gramáticas normativas, os substantivos concretos, como *casa*, são exemplos de elementos saturados, enquanto alguns substantivos abstratos, como *necessidade*, são casos de palavras insaturadas. Como, ainda de acordo com as gramáticas, ser formado por substantivo concreto é característica de AA e ser formado por

---

<sup>11</sup> Acredito que as mesmas reflexões feitas aqui para o sintagma “casa de vó” caberiam a outros sintagmas, como “casa materna”, por exemplo. Deixo de dar atenção a este último tipo de sintagma para focar os adjuntos adnominais preposicionados em comparação a complementos nominais, considerando que a presença da preposição é elemento primordial nessa comparação.



substantivo abstrato é característica de CN, a saturação poderia explicar o fato de essas obras considerarem CN como elemento essencial e AA como elemento acessório.

Parece, no entanto, que, nos exemplos (1) e (2), *casa* é tão predicador quanto *necessidade*. Desse modo, seria possível pensar, a partir daí, em exemplos em que os dois substantivos fossem saturados como ocorre em (3) e (4).

(3) Gosto muito da minha casa.

(4) A necessidade faz milagres.

O CN e o AA, de acordo com as gramáticas normativas, são agregados a outro termo com a finalidade de alterarem ou completarem a significação desse outro termo. Parece correto, então, pensar que, se um termo requer modificação ou complementação, é justamente porque está insaturado, independentemente da função sintática que esse CN ou AA venha assumir na relação com o “possível” ou “hipotético” verbo derivado do nome ao qual se liga.

Haveria, no entanto, diferença entre a “força” da ligação existente entre *casa* e *de vó* e entre *necessidade* e *de afeto*, nos exemplos (1) e (2)?

De acordo com o prescrito pelas gramáticas normativas, essa “força” seria muito mais intensa entre *necessidade* e *de afeto*, que entre *casa* e *de avó*, nos exemplos (1) e (2), o que não parece ser verdade. Entende-se que, nesses dois casos, a “força” que une os substantivos *casa* e *necessidade* a *de vó* e *de afeto*, respectivamente, possua intensidade bastante parecida e diretamente relacionada ao contexto enunciativo, e não à classificação gramatical que afirma que *necessidade* é substantivo transitivo/insaturado e *casa* é substantivo intransitivo/saturado.

Para justificar essa posição, as gramáticas alegam que *de vó* é dispensável<sup>12</sup> para o sentido da frase, enquanto *de afeto* não o é. Vejamos os exem-

12 A maioria das gramáticas utilizadas nesta pesquisa faz a divisão dos termos oracionais entre essenciais, integrantes e acessórios (CUNHA; CINTRA, 2007; ABAURRE; PONTARA, 2006; CACCONI, 2010a; 2010b; CIPRO NETO; INFANTE, 2003; CEGALLA; 2005). Entre essas, existem

plos (5) e (6) a seguir.

- (5) Casa é tudo de bom.
- (6) Todos têm necessidade.

Nota-se que é possível se construir sentido a partir da frase (5); no entanto, de forma alguma, esse sentido é o mesmo que o que se constrói a partir da frase (2). Já na frase (6), o sentido parece mesmo estar incompleto. Será que esse fato faz com que se deva considerar a relação entre *casa* e *de vó* como uma relação de limite e a relação entre *necessidade* e *de afeto* como sendo de fronteira, por exemplo?

Para esta segunda parte da pesquisa, um experimento foi realizado com catorze voluntários. Nesse experimento, os participantes foram divididos em 3 grupos e receberam a seguinte instrução: “Elabore um pequeno texto (no máximo 5 linhas) em que apareçam as frases abaixo. A frase tem que ser reproduzida exatamente como está e pode estar em qualquer lugar do texto (princípio, meio ou fim). Não ultrapasse o limite de linhas proposto pela atividade”.

As frases foram as seguintes:

---

as que afirmam que um termo é acessório por não ser fundamental à estrutura sintática da oração, como Abaurre e Pontara (2006), e Cipro Neto e Infante (2006), para quem os termos acessórios entram na composição da estrutura básica da oração. Todas as outras gramáticas afirmam que um termo é acessório por questões semânticas: por não serem indispensáveis para o entendimento do enunciado (CUNHA; CINTRA, 2007), porque não há prejuízo ao entendimento da oração a falta desses elementos (SACCONI, 2010a; 2010b). Entende-se, neste trabalho, que no caso de certos AAs preposicionados, como *de vó*, em *casa de vó*, são essenciais ao sentido do enunciado da mesma forma que alguns CNs, como *ao próximo*, em *amor ao próximo*, porque a retirada desses dois termos gera enunciados com sentidos diversos aos dos primeiros, como em *Casa é tudo de bom* e *O amor é a salvação*. Quanto à essencialidade sintática, o raciocínio é o mesmo: se na oração *Casa de vó é tudo de bom*, o AA *de vó* é sintaticamente acessório, devemos entender que *ao próximo*, em *O amor ao próximo é a salvação*, é tão acessório quanto *de vó*, porque ambos se ligam ao núcleo do sujeito especificando-o e, sem os dois termos, teríamos orações sintaticamente completas e coerentes: *Casa é tudo de bom* e *O amor é a salvação*, o que indica que acessório e essencial não é um bom critério de diferenciação para CN e AA, que é justamente a hipótese que se investiga na segunda parte desta pesquisa.

*Grupo A (5 participantes):* Casa de vó é tudo de bom; Livro de matemática tem que ser bonito; A caixa de madeira serve para guardar goiabada; Jaula de macaco tem que ser espaçosa; Cinema de cidade grande vende pipoca doce.

*Grupo B (5 participantes):* Casa é tudo de bom; Livro tem que ser bonito; A caixa serve para guardar goiabada; Jaula tem que ser espaçosa; Cinema vende pipoca doce.

*Grupo C (4 participantes):* A casa da vovó tem paredes pintadas de amarelo; O Livro do meu primo está com a capa rasgada; A caixa de bala fica dentro da cristaleira; Jaula de madeira tem que ser espaçosa; Cinema de cidade pequena vende pipoca doce.

Nos textos elaborados pelos participantes, houve uma tendência de se colocar o AA como foco<sup>13</sup> do texto quando esse AA indica tipo, substância, finalidade e procedência. Foram produzidos, ao todo, 70 textos, dos quais 45 partiram de frases cujo núcleo do sujeito estava acompanhado por AA (grupos A e C) e 25 partiram de frases cujo núcleo do sujeito não estava acompanhado por AA (grupo B).

Dos 45 primeiros textos, 38 deram ênfase ao AA, e não ao núcleo do sujeito, ou seja, esse AA foi o tópico discursivo. Esse resultado indica que o AA é essencial para o sentido do texto.

Eis algumas das respostas produzidas pelos participantes:

(7) Texto 1. *Matemática é complicada de aprender.* Os números principalmente o que fazer com eles, somar, multiplicar, dividir, ajuntar as dezenas, centenas, milhares, onde colocar tantos números? O livro de matemática tem que ser bonito.

---

13 Diz-se que o AA é foco de texto porque em *Livro tem que ser bonito*, por exemplo, os participantes falam sobre um livro qualquer, mas em *Livro de matemática tem que ser bonito*, os participantes falam sobre matemática, não sobre livro, nem sobre livro de matemática.

Quando os AAs não estão presentes, como no Texto 1, há, de fato, uma tendência de se enfatizar o núcleo substantivo, acionando-se referências bem diferentes de quando eles estão. Vejamos:

- (8) Texto 2. Bons tempos aqueles em que se ia ao cinema. *Estou falando do espaço físico denominado Cinema*. Mas o que há de especial naquele cinema? Cinema vende pipoca doce. Mais que isso: cada qual um endereço, prédios antigos cada qual com sua história.

No trecho acima, percebe-se que, na ausência de complementos para o núcleo *cinema*, o texto enfatiza o próprio núcleo.

Nos 9 textos correspondentes às frases *Caixa de madeira serve para guardar goiabada* e *Jaula de madeira tem que ser espaçosa*, esperava-se que os participantes considerassem o AA *de madeira* como sendo um AA de substância, mas isso só aconteceu nos seguintes textos, em que os enunciadores consideraram as propriedades da madeira:

- (9) Texto 3. Dependendo da presa, jaula de madeira tem que ser espaçosa. Já imaginaram gorilas, leões enormes presos: os animais merecem proteção. *Podem morder a madeira* e uma bela noite, fugirem.

Nos outros 7 textos, os participantes parecem ter considerado o AA *de madeira* como AA de tipo. Nesses casos, há um indicativo de que a atenção do enunciador realmente voltou-se para o núcleo do sujeito e não para o AA, situação em que se poderia pensar em uma menor essencialidade do AA (como prescrevem as gramáticas) em questão, com relação aos demais AAs analisados no teste. Exemplo:

- (10) Texto 4. “A caixa de madeira serve para guardar goiabada”. Bom, foi isso que meu avô me falou. Mais tarde descobri que *ele guardava outras coisas lá*. Mas isso é outra história.

O experimento aqui descrito e discutido indica que os usuários da língua dão importância especial aos pós-modificadores (adjuntos adnominais para as

gramáticas normativas), indicando que tais termos são semanticamente essenciais, e não acessórios como pretendem os gramáticos normativos. Ao mesmo tempo, pode-se dizer que eles são sintaticamente acessórios, já que, em sua ausência, o usuário continua a construir sentidos a partir das orações, só que sentidos bem diferente daqueles produzidos na presença dos pós-modificadores.

## Conclusão

A pesquisa cujos resultados foram discutidos neste trabalho pretendeu responder às seguintes perguntas: A distinção entre Complemento Nominal que se liga a substantivos (CN) e Adjunto Adnominal preposicionado (AA) em termos de atributos específicos encontrada nas gramáticas normativas do português pode ter sua eficácia comprovada pela língua em uso? Os atributos “essencial” e “acessório” são adequados para essa distinção?

A resposta à primeira indagação é negativa. A investigação da língua em uso, feita a partir de um *corpus* construído especificamente para a investigação descrita aqui, demonstrou que os conceitos de CN e AA trazidos nas gramáticas normativas, que são baseados em características ou atributos, não se sustentam. Pôde-se concluir, a partir da observação das ocorrências aqui analisadas, que os substantivos abstratos, nas estruturas lema + *de*, ligam-se tanto a agentes, quanto a pacientes das ações expressas por esses substantivos, enquanto as gramáticas pretendem que essa ligação ocorra somente com sintagmas pacientes. Apesar de, na maioria das ocorrências, os substantivos abstratos ligaram-se a sintagmas pacientes, em um número expressivo delas, esses substantivos estavam ligados a agentes.

À segunda pergunta dá-se também resposta negativa. A segunda parte da pesquisa evidenciou o fato de que a presença de um pós-modificador (AA) fez com que o usuário da língua desviasse seu foco de atenção do núcleo para esse modificador, indicando a essencialidade desse elemento no sentido construído.

As gramáticas normativas costumam trazer exemplos descontextualizados que, por isso mesmo, encaixam-se nos conceitos por elas propostos. Essas abstrações linguísticas nem sempre correspondem ao uso efetivo da língua, ao que o usuário do português verifica no seu dia a dia. Dessa forma, são geradas falsas percepções do que é a língua portuguesa e distorções ou inconsistências do ponto de vista pedagógico, que são desmotivadoras para os aprendizes.

Neste trabalho, evidenciou-se, tanto por meio da análise de dados empíricos extraídos de *corpora*, quanto do experimento envolvendo produção textual, que as características distintivas propostas pelas gramáticas normativas não diferenciam, de fato, o complemento nominal do adjunto nominal preposicionado.

Abordagem que mais se aproximou da realidade linguística em termos de CN e AA, foi aquela apresentada pelas gramáticas descritivas, em que os dois termos oracionais são colocados em um mesmo grupo.

Argumentamos, então, que a separação desses elementos oracionais em dois grupos distintos não se justifica. Consideramos que eles podem ser tratados de maneira unificada, como pós-modificadores de substantivos.

Os resultados encontrados neste trabalho indicam a necessidade de se reverem os conceitos propostos pelas gramáticas normativas. A inconsistência entre o fato empírico e sua descrição linguística, ou seja, a incompatibilidade entre a língua em uso e a descrição dessa língua nos manuais didático-pedagógicos resulta em fator dificultador do processo de ensino/aprendizagem da língua portuguesa.

CAMPOS, Anya Karina; TENUTA; Adriana Maria. Post-modifiers of nouns: the distinction between noun complement and noun adjunct. **Revista do Gel**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 110-141, 2014.

**ABSTRACT:** *This article discusses the relevance of the traditional separation of post-modifiers in noun phrases into two groups, complemento nominal (noun complement) and adjunto adnominal (noun adjunct) found in normative reference grammars. It presents the results of a usage-based corpus research and shows that the characteristics proposed as distinctive of these two types of units are not similarly identified in the data. The research results indicate that the most appropriate way of referring to those elements is to treat them, in a unified manner, as post-modifiers of nouns, since the supposedly distinctive features of noun complements and noun adjuncts are not taken into account, or are not triggered by language users when processing the prepositional phrases that constitute these post-modifiers.*

**KEYWORDS:** *Complement. Adjunct. Post-modifier. Corpora. Usage-based.*

## Referências

ABAURRE, Maria Luiza M.; PONTARA, Marcela. **Gramática:** texto, análise e contração de sentido. São Paulo: Moderna, 2006. 607p.

CAMACHO, Roberto Gomes et al. O substantivo. In: ILLARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2008. v. 2, 21-84p.

CASTILHO, Ataliba T. Demonstrativos. In. ILLARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2008. v. 2, 117-136p.

\_\_\_\_\_. **Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2010. 768p.

CASTILHO, Célia Maria Moraes de. Quantificadores indefinidos. In: ILLARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2008. v. 2, 137-162p.

CEGALLA, Domingos Pascoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 46. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. 695p.

CHAFE, Wallace L. **Significado e Estrutura Linguística**. Tradução de Maria Helena de Moura Neves, Odette Gertrudes Luiza Altmann de Souza Campos e Sônia Veasey Rodrigues. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979. 376p.

CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. **Gramática da Língua Portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2006. 567p.

CUNHA, Celso; CINTRA Lindley. **A Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2007. 748p.

ILARI, Rodolfo *et al.* (2008) A preposição. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (Org.) **Gramática do Português Culto Falado do Brasil**. Vol. II: Classes de Palavras. Campinas, Ed. da Unicamp, 2008. v. 2, p. 626-808.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramáticas de Usos do Português**. São Paulo: Editora Unesp, 2000. 1037p.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp. 1992.

PERINI, Mário Alberto. **Gramática Descritiva do Português**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2009. 380p.

\_\_\_\_\_. **Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Afiliada, 2010. 366p.

SACCONI, Luiz Roberto. **Novíssima Gramática Ilustrada**. 23. ed. São Paulo: Nova Geração, 2010a. 496p.

\_\_\_\_\_. **Nossa Gramática Completa**. 30. ed. São Paulo: Nova Geração, 2010b. 592p.

VILELA, Mário; KOCH, Ingedore Villaça. **Gramática da Língua Portuguesa**. Coimbra: Almedina, 2001. 565p.